



ABMES
EDITORA

— OS —
QUADRANTES
HÍBRIDOS DA
EDUCAÇÃO
SUPERIOR
BRASILEIRA

UMA PROPOSTA ABMES

Celso Niskier

 **ABMES**
EDITORA

— OS —
QUADRANTES
HÍBRIDOS DA
EDUCAÇÃO
SUPERIOR
BRASILEIRA

UMA PROPOSTA ABMES

Celso Niskier



Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
SHN Quadra 01, Bloco F, Entrada A, Conjunto A, 9º andar
Edifício Vision Work & Live, Asa Norte – Brasília/DF
CEP: 70.701-060 - Telefone: (61) 3322-3252
www.abmes.org.br | editora@abmes.org.br

Presidência

Diretor Presidente

Celso Niskier

Vice-Presidentes

Daniel Faccini Castanho

Débora Brettas Andrade Guerra

José Janguiê Bezerra Diniz

Colegiado da Presidência

Carlos Joel Pereira

Custódio Filipe de Jesus Pereira

Eduardo Parente Menezes

Eduardo Storopoli

Getúlio Américo Moreira Lopes

Nélio Luiz Pereira Júnior

Saumíneo da Silva Nascimento

Renato Padovese

Tales de Sá Cavalcante

Wilson de Matos Silva

Suplentes

Bruno Eizerik

Carmem Murara

João Rodrigues Sampaio Neto

José Lima de Carvalho Rocha

Tereza Cristina Rodrigues da Cunha

Conselho Fiscal

Eliziário Pereira Rezende

Iure Borges Andrade

Maria Antonieta Alves Chiappetta

Maria Eliza de Aguiar e Silva

Paulo Antonio de Azevedo Lima

Suplentes

Géza Németh

Marcelo Antônio Fuster Soler

Diretoria Executiva

Diretor-Geral

José Wilson dos Santos

Vice-Diretor-Geral

Thiago Rodrigues Pêgas

Diretor Administrativo

Paulo Muniz Lopes

Diretor Técnico

Ryon Cassio Braga

Diretor Executivo

Sólton Hormidas Caldas

Conselho de Administração

Presidente

José Janguiê Bezerra Diniz

Membros Natos

Candido Mendes de Almeida

Édson Pinheiro de Souza Franco

Membros Titulares

Antonio Carbonari Netto

Antonio Colaço Martins

Eduardo Soares de Oliveira

Hermes Ferreira Figueiredo

Hiran Costa Rabelo

Jânio Janguiê Bezerra Diniz

Paulo Cesar Chanan Silva

Suplentes

Arthur Sperandéo de Macedo

Átila Melo Lira

Rosa Maria D'Amato De Déa

Therezinha Cunha

Valdir José Lanza

Autor

Celso Niskier

Colaboração

Bruno Coimbra

Daniel Infante (Educa Insights)

Iara de Xavier

Maurício Garcia

Max Damas

Paulo Chanan

Sólton Caldas

Valdemar Ottani

Coordenação de Comunicação

Camila Griguc

Edição

Ana Flávia Flôres

Projeto Gráfico e diagramação

Gherald George

N724 Os quadrantes híbridos da educação superior brasileira: uma proposta ABMES / Celso Niskier. – Brasília : ABMES Editora, 2021.
69 p. ; 1530 kb ; PDF

Modo de acesso: World Wide Web:

< <https://abmes.org.br> >

ISBN 978-65-993391-3-4

1. Ensino superior. 2. Tendência. 3. Educação a Distância. - I. ABMES. II. Título : Os quadrantes híbridos da educação superior brasileira. III. Niskier, Celso. IV. ABMES Editora.

CDU 378-042.1

Sumário

Apresentação	5
Introdução	8
Respostas em tempos de crise	13
O que pensam os estudantes	18
Avanços na avaliação híbrida	30
Bases normativas para a educação híbrida.....	37
Os quadrantes híbridos	45
Quadrantes híbridos na prática.....	52
Considerações finais.....	59
Anexo	63

Apresentação

Dado seu caráter multissetorial, a pandemia de Covid-19 afetou praticamente todos os segmentos da sociedade desde março de 2020, quando o novo coronavírus chegou ao Brasil. Passados mais de 18 meses, ainda estamos às voltas com os desdobramentos e com as consequências ocasionadas pela doença.

Governos, sociedade civil, organizações sociais e organismos internacionais seguem em busca de soluções para a contenção definitiva do vírus e também para a recuperação econômica. Há, ainda, esforços voltados para recuperar os prejuízos ocasionados pela pandemia na esfera educacional.

Contudo, em meio ao caos e à tragédia que se abateram sobre o mundo, com 600 mil óbitos apenas no Brasil, surgiram soluções inovadoras que mudaram a forma de viver de uma parcela significativa da humanidade. Trata-se de um movimento tão intenso que historiadores acreditam que a pandemia de Covid-19 será o marco do fim do século 20. Ao que tudo indica, ela também será o marco temporal de uma revolução na educação brasileira.

A urgente, e inicialmente confusa, migração das aulas presenciais para o formato remoto revelou o alto grau de resiliência das instituições particulares de educação superior. Com o tempo, a medida também contribuiu para a redução da resistência dos estudantes à mediação das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem. Esse cenário, aliado às necessidades deste século 21 e aos nativos digitais que demandam novas práticas educacionais, culminou na aceleração do processo de revisão das defasadas estruturas (regulatória e pedagógica) da educação superior brasileira.

Foi nesse contexto que a ABMES desenvolveu o que acredita ser uma proposta inovadora e capaz de levar o ensino superior a novos patamares. A educação híbrida, estruturada em quadrantes obtidos a partir das dimensões tempo e espaço, é o caminho a ser trilhado rumo à um futuro mais promissor para nossos estudantes e para o país.

Apresentação

Nesta publicação é apresentado, de forma detalhada, o modelo dos quadrantes híbridos, bem como o contexto das transformações que nos conduziram para a sua construção e o que temos feito para que a transição da educação do século 20 para o século 21 se torne realidade.

Celso Niskier

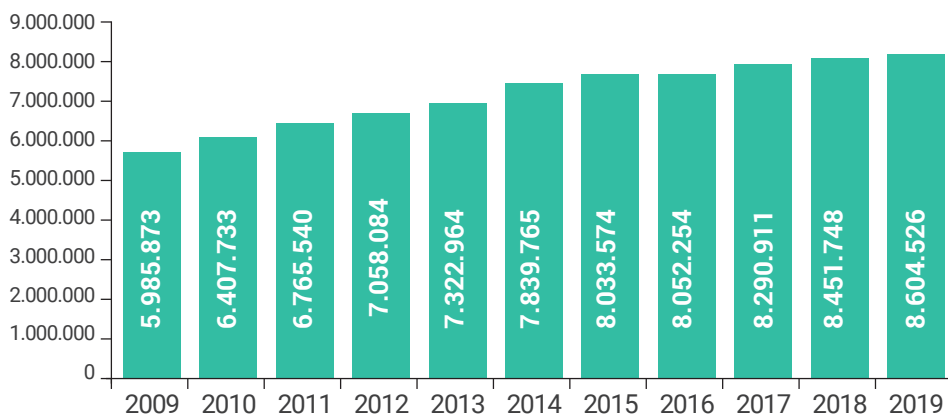
Diretor presidente da ABMES

Introdução

Mesmo antes da pandemia de Covid19, o cenário da educação superior no Brasil já era desafiador. A crise econômica que o país atravessa desde 2014, o fato de 88,4%¹ das instituições de educação superior (IES) serem particulares e a drástica redução no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) resultaram em um cenário pouco favorável à democratização do acesso à graduação.

Apesar disso, os dados divulgados anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontam para o crescimento constante no número de matrículas na última década. Então, onde estariam os desafios?

Matrículas na educação superior (2009 – 2019)



Fonte: Censo da Educação Superior 2019 – Inep/MEC

1 [Censo da Educação Superior 2019](#) – Inep/MEC.

Modalidades de ensino

O Brasil conta com dois possíveis cenários de oferta com base na legislação vigente:

1. Cursos presenciais (com possibilidade de oferta de até 40% EAD²);
2. Cursos a distância (com até 30% presencial³).

De acordo com o Censo da Educação Superior, a sustentação do crescimento das matrículas nos últimos anos deve-se, essencialmente, ao crescimento da EAD no país, que tem aumentado substancialmente. A participação da modalidade a distância no total de ingressantes saltou de 16,1%, em 2009, para 43,8%, em 2019. Por outro lado, nos últimos 5 anos o ingresso nos cursos presenciais reduziu 14,3%.

Seguindo esse ritmo, que ainda não contemplava os impactos da pandemia, [projeção](#) feita, em 2019, pela Educa Insights em parceria com a ABMES estimava que em 2023 a EAD seria responsável por 64% das novas matrículas, com um volume aproximado de 2,56 milhões, enquanto os cursos presenciais atrairiam 1,42 milhões de novas matrículas (36%). Há que se registrar que o número de ingressantes na modalidade a distância na rede privada, em 2019, já era superior ao verificado na presencial com 50,7% das novas matrículas.

Se antes da pandemia o cenário de retração econômica era apontado como o principal responsável pela aceleração desse fenômeno, a aposta agora é de que a intensificação da crise, associada às experiências positivas obtidas com o ensino remoto, que garantiu a continuidade das aulas em um contexto de distanciamento social, amplifiquem essa tendência.

2 [Portaria nº 2.117](#), de 06 de dezembro de 2019.

3 [Portaria Normativa nº 23](#), de 21 de dezembro de 2017, com as alterações da [Portaria Normativa nº 742](#), de 02 de agosto de 2018.

Nova modalidade

Embora ainda seja bastante confundido com a educação a distância, especialmente pela população em geral, o ensino remoto estabelecido nos últimos semestres possui características próprias que o distinguem de forma significativa da modalidade EAD tal como era conhecida até o início de 2020. A sincronicidade em um ambiente virtual é uma delas.

A experiência, implementada às pressas, revelou uma ampla capacidade de resiliência de instituições de educação superior e também dos estudantes. Mais do que isso, descortinou novas possibilidades de formação acadêmica que eram praticamente impensáveis antes da pandemia de Covid-19, ainda que um conceito de ensino híbrido estivesse presente nos debates sobre a política educacional.

Como veremos adiante, as limitações do que se entendia por educação híbrida foram substituídas por um entendimento muito mais amplo e diverso, que incide não apenas sobre as IES e seus componentes regulatórios, mas, sobretudo, inclui novas práticas pedagógicas mais alinhadas às demandas e necessidades deste século, tanto do ponto de vista do mercado de trabalho quanto dos estudantes.

Além disso, esse novo contexto demandou grandes investimentos das IES em tecnologia e na capacitação dos seus colaboradores; reduziu a resistência dos estudantes à educação a distância; e mobilizou os gestores públicos para a adequação do marco regulatório, trazendo a segurança jurídica necessária às instituições ao mesmo tempo em que garantia a continuidade da formação educacional em um contexto de distanciamento social.

Diante de tantas transformações e desafios, após muito observar e refletir sobre o que seria o “novo normal” na educação superior, a ABMES chegou ao formato do que acredita ser um modelo edu-

cacional que reúna os aprendizados obtidos durante a pandemia, o aproveitamento da estrutura implantada em novas tecnologias e a evolução do processo de ensino e aprendizagem para práticas que rompam com o modelo vigente, cunhado no século 19.

Os quadrantes híbridos reúnem características das modalidades presencial e a distância, mas também do ensino remoto, tal como ocorreu nos últimos semestres. Por meio deles, sempre respeitando o projeto pedagógico de cada instituição, é possível estabelecer uma série de atividades formativas inovadoras. Consistem em caminhos eficientes e eficazes rumo à evolução e à revolução dos currículos educacionais.

Alguns modelos de implementação dos quadrantes híbridos são apresentados nesta publicação, mas suas possibilidades são enormes. A ABMES tem convicção de que as instituições de educação superior, em especial as particulares, saberão utilizar todo seu potencial. Por isso, há alguns meses iniciou um intenso trabalho de apresentação da proposta e convencimento dos gestores públicos em relação à sua regulamentação.

Por fim, respondendo à pergunta feita no início deste texto, os desafios relacionados à educação superior estão em diversas esferas, como a carência de mão de obra qualificada, que trava o desenvolvimento econômico do país, e o não cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE). Enquanto o Brasil não rever seu modelo educacional e investir na democratização do acesso à educação superior seguiremos acompanhando de longe o progresso de outras nações.

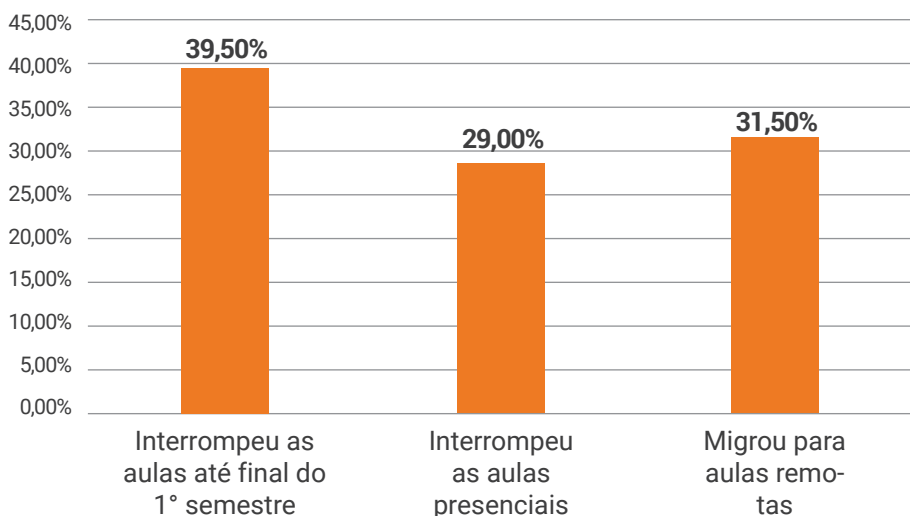
Respostas em tempos de crise

Quando as aulas começaram a ser suspensas em todo o Brasil, entre o final da primeira quinzena de março de 2020 e o início da segunda, a previsão era de que o afastamento dos estudantes do ambiente escolar se desse por cerca de 15 dias. Contudo, a velocidade com a qual o coronavírus vinha se propagando em outras nações e o elevado número de óbitos logo começaram a dar a dimensão do que vinha pela frente.

Embora àquela altura ninguém pudesse prever os quase dois anos de portas fechadas para a maior parte das instituições de educação superior, a possibilidade de uma rápida retomada dos cursos presenciais foi ficando mais distante a cada dia.

Diante desse cenário, [pesquisa da ABMES](#) em parceria com a Educa Insights, feita com 312 estudantes de instituições particulares de educação superior de todo o país entre os dias 20 e 23 de março de 2020, poucos dias após o fechamento, portanto, constatou que naquele momento 31,5% das IES já haviam migrado as aulas presenciais para a modalidade a distância.

Adaptação das IES particulares ao cenário (março/2020)



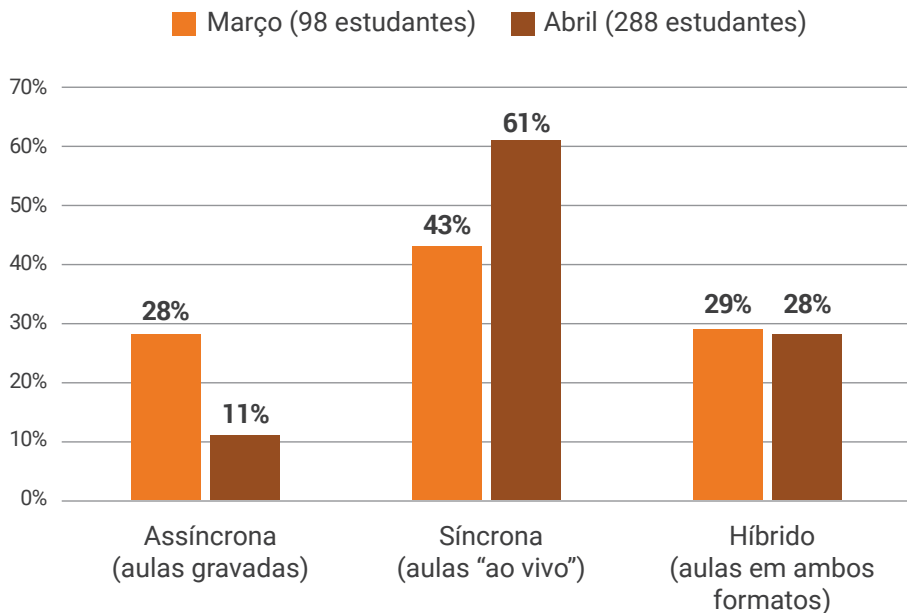
Fonte: ABMES e Educa Insights

No mês seguinte, ao entrevistarem 425 estudantes entre os dias 27 e 30 de abril, a ABMES e a Educa Insights verificaram que, menos de dois meses após o fechamento das IES, 78% delas haviam feito a migração dos cursos presenciais para o modelo remoto.

É interessante notar que, desde o início, a maior parte das instituições particulares de educação superior havia compreendido que a migração das aulas presenciais para um formato mediado pela tecnologia não poderia se dar nos moldes da educação a distância como se conhecia até então.

No geral, entre as que haviam migrado para as aulas remotas, mesmo aquelas que tinham cursos similares nas modalidades EAD e presencial, optaram pela implementação de aulas síncronas, ou seja, em tempo real.

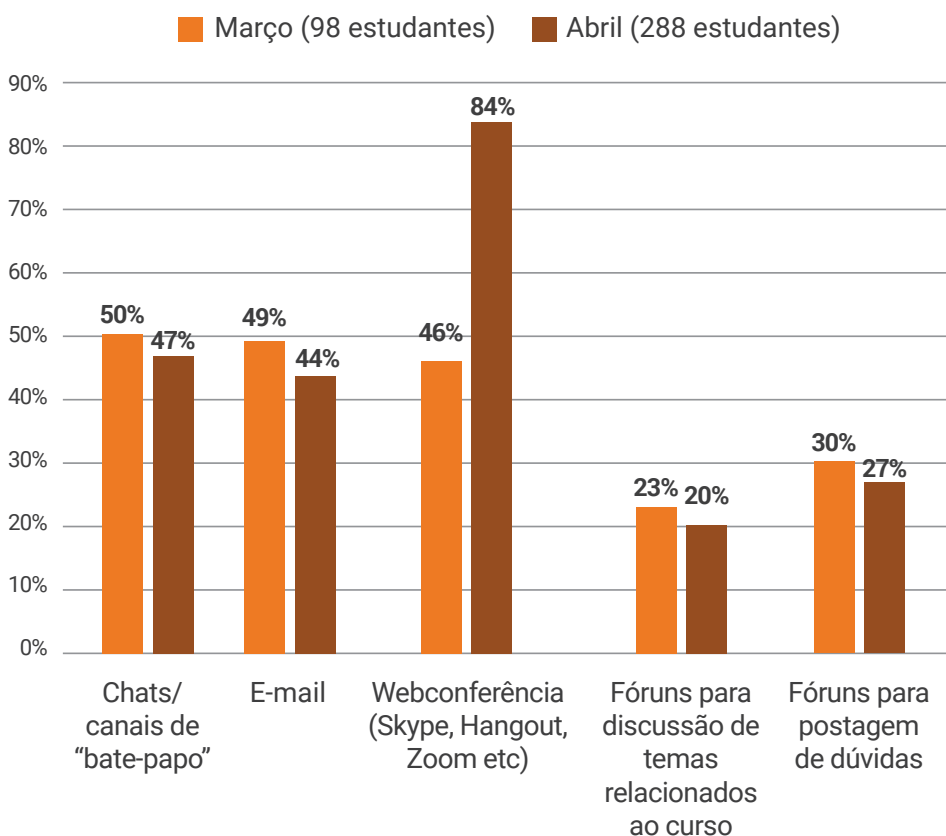
Tipo de aula nos primeiros dois meses da pandemia



Fonte: ABMES e Educa Insights

Como não poderia ser diferente, todo esse esforço feito pelas IES privadas só foi possível graças às tecnologias de informação e comunicação que estão disponíveis no mercado. Algumas já faziam parte da rotina acadêmica pré-pandemia, mas outras ou se tornaram conhecidas ou tiveram sua utilização amplificada diante das medidas de distanciamento social necessárias para a contenção do coronavírus.

Canais disponibilizados pelas IES particulares aos estudantes



Fonte: ABMES e Educa Insights

Esses dados são uma amostra do comprometimento das instituições particulares de educação superior com a oferta de um ensino de qualidade, mesmo diante de uma situação de grande adversidade. Graças a todo esse esforço, mais de seis milhões de graduandos de todo o país seguiram estudando nos últimos semestres, mitigando a evasão e garantindo a conclusão do curso superior dentro do prazo estimado.

O que pensam os estudantes

Parcela da população fortemente impactada pelos desdobramentos da pandemia de Covid-19, os estudantes da educação superior tiveram que lidar com dois cenários altamente desafiadores nos últimos dois anos: a transição das aulas para o formato remoto e a redução da renda das famílias, afetadas pelo aumento do desemprego diante da intensificação da crise econômica pela qual o país atravessa desde 2014.

Esse contexto, associado à redução significativa das políticas de acesso à educação superior verificada nos últimos anos, resulta em um quadro desmotivador – e até mesmo impeditivo – para aqueles que sonham com um diploma universitário. Em um país onde 75% das matrículas estão concentradas nas instituições privadas de educação superior, a relação entre a questão socioeconômica e o ingresso na graduação é diretamente proporcional.

Levantamento realizado pela [consultoria IDados](#), com base nas respostas dos estudantes que fizeram a Prova Brasil em 2019, por exemplo, constatou que entre os alunos que cursaram o ensino médio em escolas privadas 25% pretendiam continuar apenas estudando. Entre quem cursou a última etapa da educação básica nas escolas públicas o percentual cai para 6%.

Mais recentemente, o estudo *Efeitos na educação ibero-americana: um ano após a Covid-19*, da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), concluiu que a América Latina retrocedeu em pelo menos oito anos no acesso ao conhecimento durante a pandemia e que cerca de 17 milhões de estudantes dos últimos anos do ensino médio e dos primeiros anos da graduação terão dificuldade para continuar os estudos por terem que contribuir com a renda familiar.

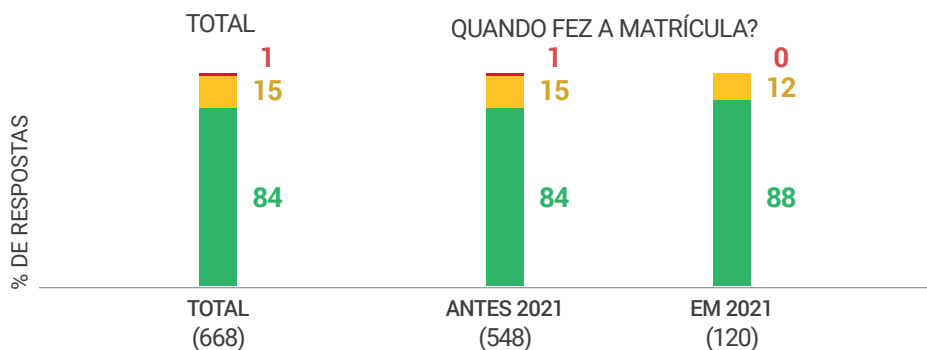
Com a palavra, os estudantes

Diante de perspectivas tão desafiadoras, a ABMES, em parceria com a empresa de pesquisas educacionais Educa Insights, tem buscado ouvir com frequência tanto estudantes quanto interessados em ingressar na educação superior para saber o que pensam e o que pretendem fazer em relação ao ingresso e à continuidade dos estudos, bem como sobre como desejam que ocorra o processo de retomada das aulas presenciais.

De acordo com o [levantamento](#) realizado entre o final de julho e o início de agosto de 2021, com 668 estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais em instituições particulares, 84% afirmaram que iriam renovar suas matrículas no semestre seguinte. Esse percentual é ainda maior entre aqueles que já tomaram pelo menos a primeira dose de um dos imunizantes contra a Covid-19 disponibilizados no país.

Pensando no próximo semestre, qual das opções abaixo melhor descreve o que você fará em relação ao seu curso de graduação?

- Não renovarei a minha matrícula
- Tenho interesse, mas ainda não sei se renovarei minha matrícula
- Renovarei minha matrícula

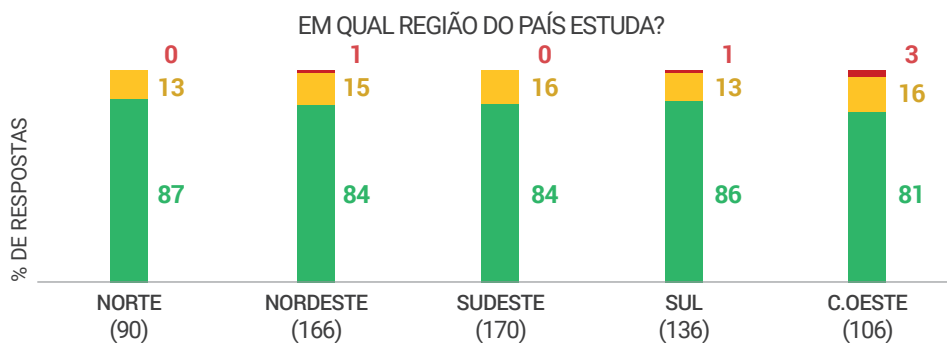


(continua)

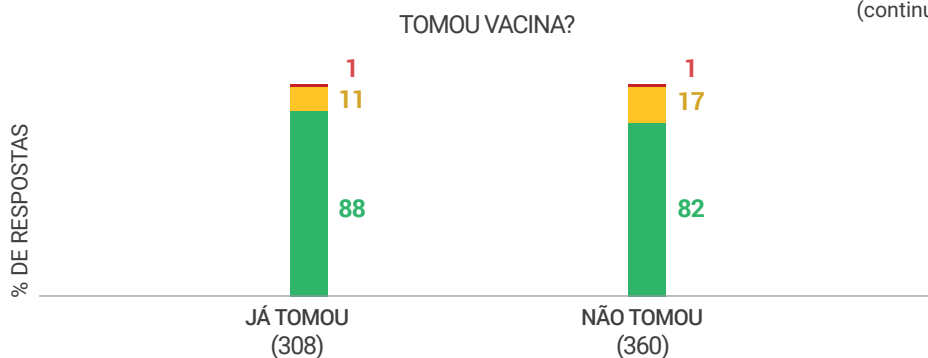
(continuação)

Pensando no próximo semestre, qual das opções abaixo melhor descreve o que você fará em relação ao seu curso de graduação?

- Não renovarei a minha matrícula
- Tenho interesse, mas ainda não sei se renovarei minha matrícula
- Renovarei minha matrícula

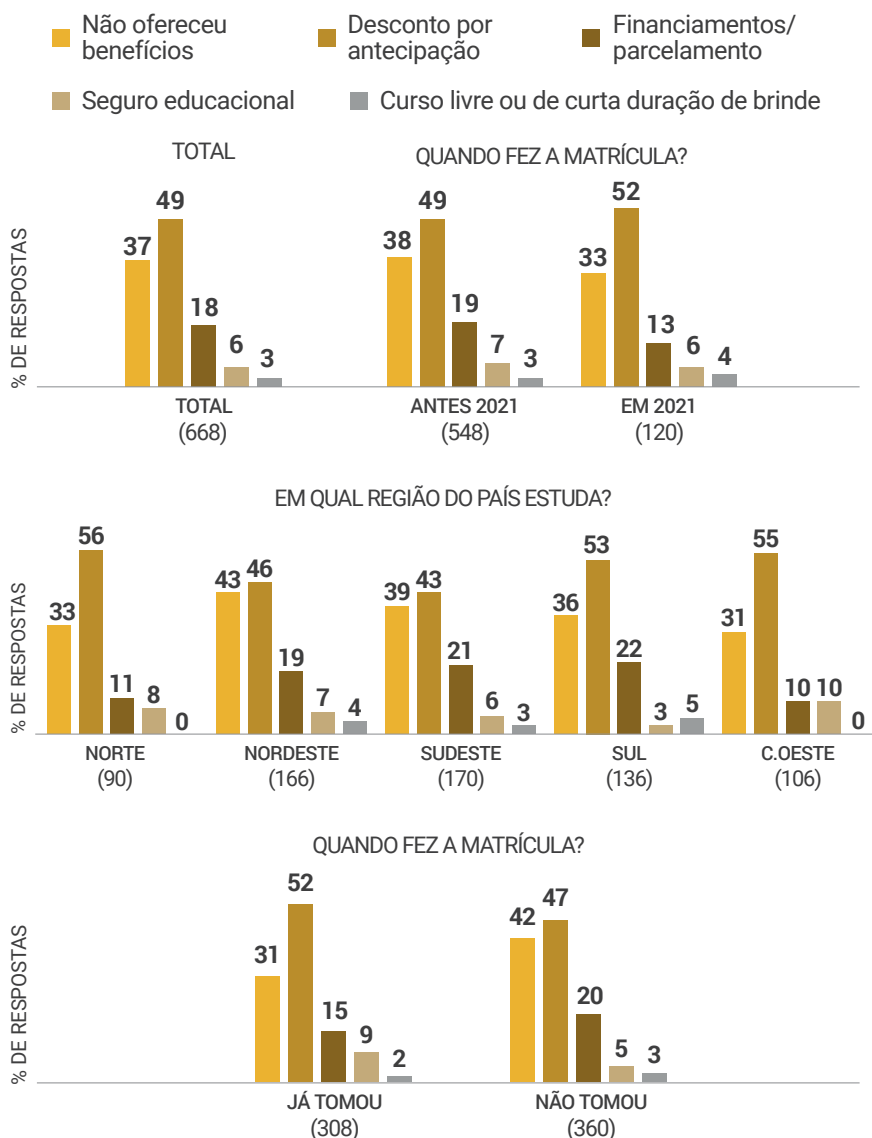


(continua)



Boa parte desse otimismo está relacionado ao apoio financeiro recebido da IES para a rematrícula, especialmente o desconto por pagamento antecipado e o financiamento/parcelamento de dívidas atrasadas com a instituição.

E a sua faculdade ofereceu algum benefício para te ajudar a realizar a sua matrícula?

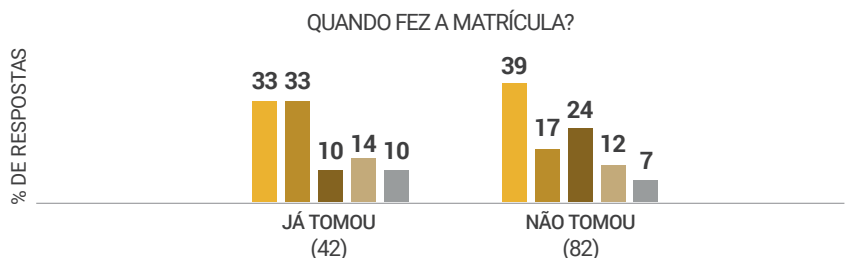
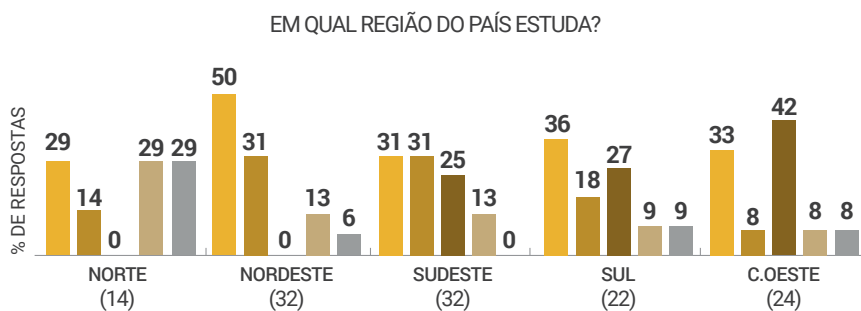
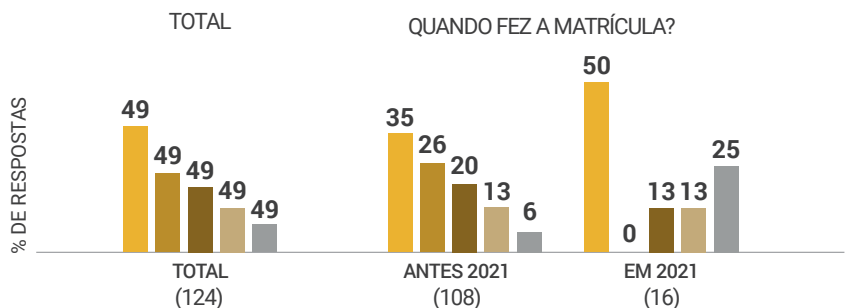


Entre os que não pretendiam renovar a matrícula, a perda do emprego ou a redução da renda familiar totalizam 50% ante os 23% que alegaram medo de serem contaminados pelo coronavírus.

Qual é o principal motivo para que você não renove a sua matrícula?

- Tive meu emprego diretamente impactado pela pandemia e não conseguirei pagar o meu curso
- Tenho medo de me contaminar pela COVID-19 e me recuso a me expor neste momento
- Minha faculdade não manteve a mesma qualidade após migrar as aulas presenciais para ensino remoto e isso impactou meu aprendizado
- Os responsáveis pelo pagamento da minha mensalidade não conseguirão manter o pagamento em dia
- Minha faculdade não se adaptou aos protocolos sanitários necessários para conter a COVID-19 e quer voltar com aulas presenciais normalmente

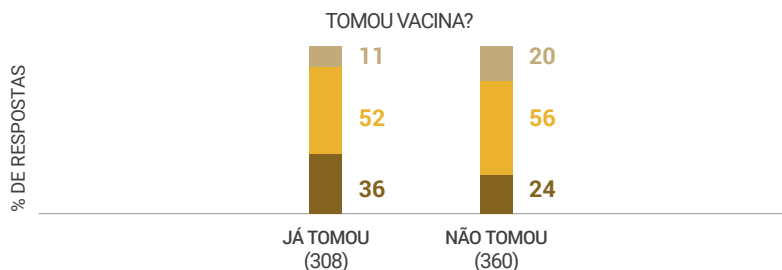
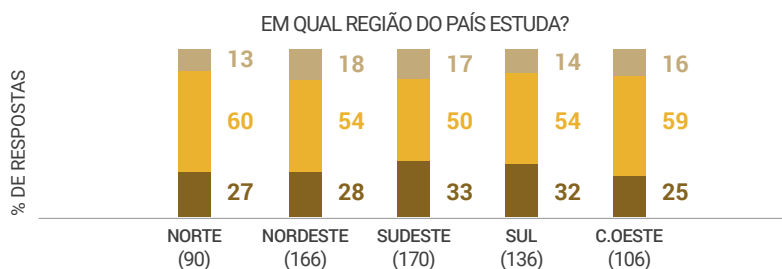
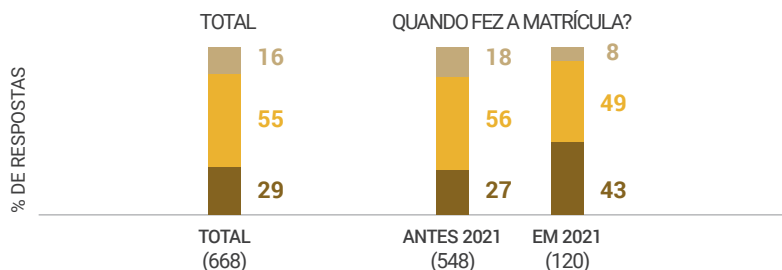
ATENÇÃO:
 Amostra muito pequena.
 Conclusões indicativas



Ao serem consultados sobre como desejam que seja conduzido o processo de retorno às aulas presenciais, os estudantes evidenciaram a necessidade de uma retomada consciente e planejada. Chama a atenção que 55% priorizem um retorno híbrido.

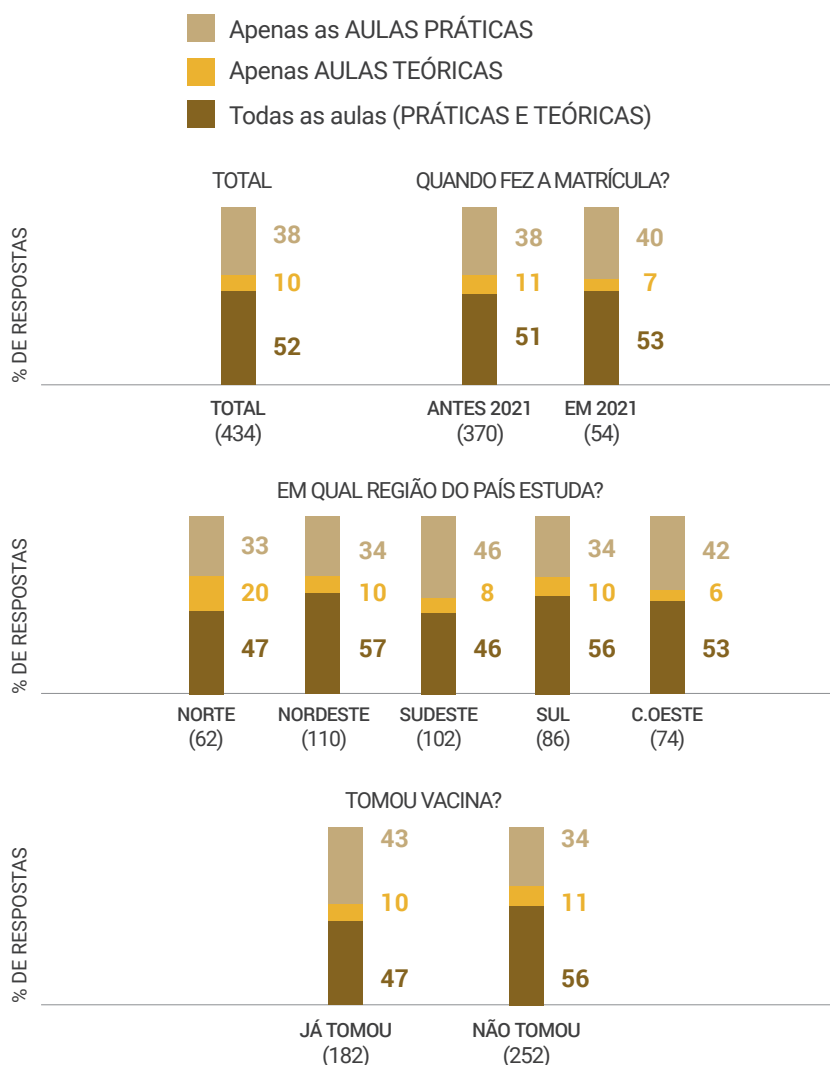
Considerando que sua faculdade respeite todos os protocolos para a contenção da contaminação pela Covid-19, como você deseja que seja a sua volta às aulas?

- Manutenção do ensino remoto durante todos os dias da semana e para todas as disciplinas
- Retorno parcial ao formato presencial, ou seja, aulas presenciais em alguns dias da semana e manutenção do ensino remoto nos demais dias
- Retorno integral ao formato presencial, ou seja, aulas presenciais em todos os dias da semana



Entre os estudantes que optaram por um retorno parcial ao presencial, 52% defendem que apenas as atividades práticas sejam ofertadas nessa modalidade. É interessante notar a diferença percentual de 9% entre quem já tinha tomado ao menos uma dose da vacina e quem ainda não havia iniciado o processo de imunização.

E qual é o tipo de aula que você gostaria que voltasse ao formato presencial tradicional (para quem declara a volta parcial ao presencial)?



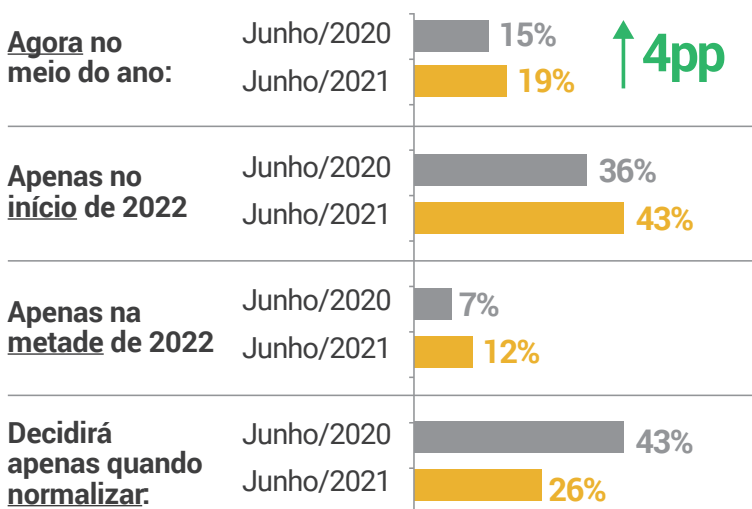
Da intenção à ação

Em estudos realizados com pessoas que tinham interesse em iniciar uma graduação (presencial ou EAD) em IES particulares nos 18 meses seguintes à pesquisa, a ABMES e a Educa Insights constataram que o segundo semestre de 2021 não seria o momento da retomada (prevista para acontecer apenas em 2022, apesar dos claros sinais de melhoria verificados em 2021 em relação à 2020).

Em junho de 2021, apenas 19% dos entrevistados planejavam ingressar na graduação no segundo semestre, 43% no início de 2022 e 26% decidiriam apenas quando a situação sanitária se normalizar.

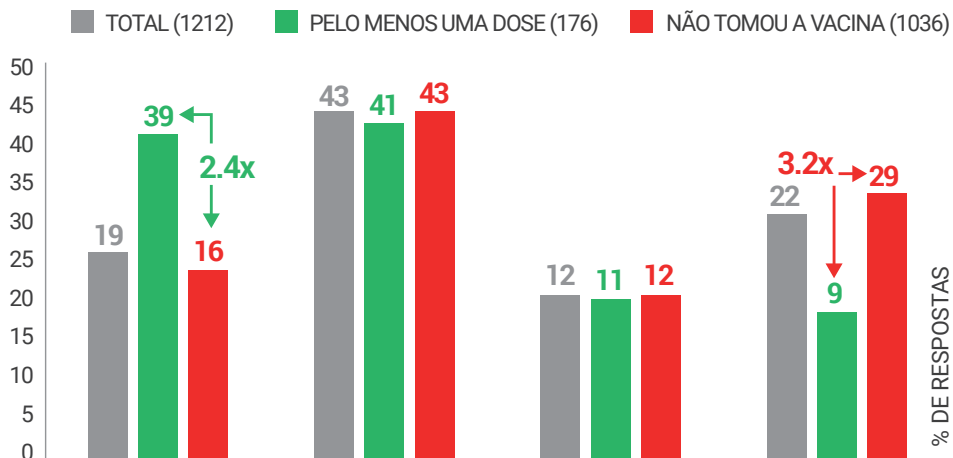
Pensando nos próximos 18 meses, quando você planeja iniciar o seu curso de graduação?

Junho/20 = 963 casos / Junho/21 = 1.212 casos



Como era de se esperar em uma situação pandêmica, o levantamento também verificou a importância do fator "vacina" na decisão de efetuar a matrícula. Entre os que haviam recebido pelo menos a primeira dose, a intenção de ingressar na graduação no semestre seguinte era de 39% ante 16% daqueles que não haviam vacinado.

Intenção de matrícula vs. Estágio de imunização/vacinação

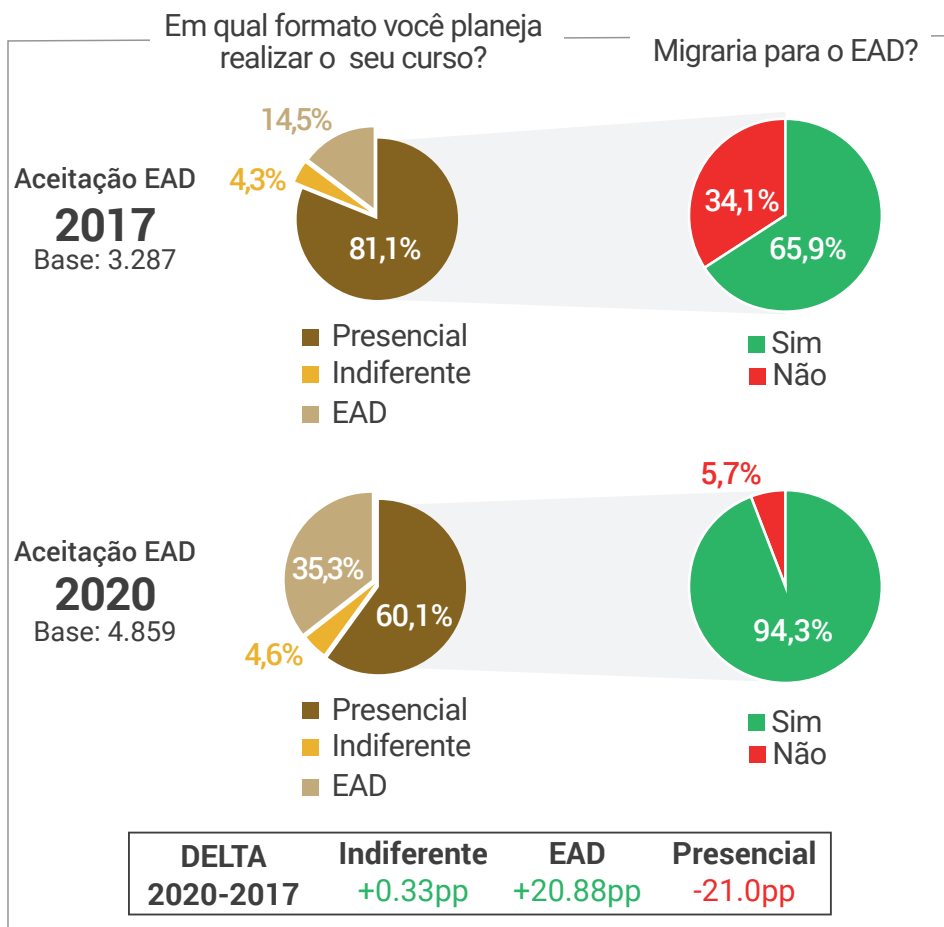


Aceitação EAD

Outro dado relevante e que ajuda a compreender como os interessados em cursar uma graduação estão se posicionando neste momento diz respeito à evolução da aceitação da educação a distância, em uma clara consequência da pandemia.

Ao comparar os resultados obtidos em [levantamentos realizados em 2017 e 2020](#), a ABMES e a Educa Insights verificaram o crescimento de 28,4% entre os *prospects* que planejam fazer um curso presencial, mas aceitariam migrar para a modalidade a distância. Trata-se de um aumento significativo, especialmente se considerado o curto espaço de tempo entre uma pesquisa e outra.

A expansão da aceitação da modalidade EAD também foi constatada entre as pessoas que, originalmente, pretendiam fazer um curso a distância: 14,5% em 2017 e 35,3% em 2020.



Os números e as análises apresentadas neste capítulo convergem para o entendimento de que estudantes e *prospects* estão conscientes e preocupados com os atuais contextos econômico e sanitário, mas seguem firmes nos propósitos de cursar e concluir uma graduação. Apesar de todos os desafios, eles têm buscado alternativas para custear seus estudos e as instituições particulares de educação superior têm se apresentado como grande aliadas.

A chegada da vacina aos mais jovens fez crescer o otimismo em relação ao ingresso na graduação ao mesmo tempo em que a experiência da educação remota, vivenciada durante o período de

distanciamento social, parece ter sido decisiva para a redução da resistência à educação mediada pela tecnologia. Assim como o conceito de educação híbrida ganhou um novo significado, também os estudantes mostram-se mais abertos a ele, embora ainda com a ressalva de que as atividades práticas sejam ofertadas de modo presencial.

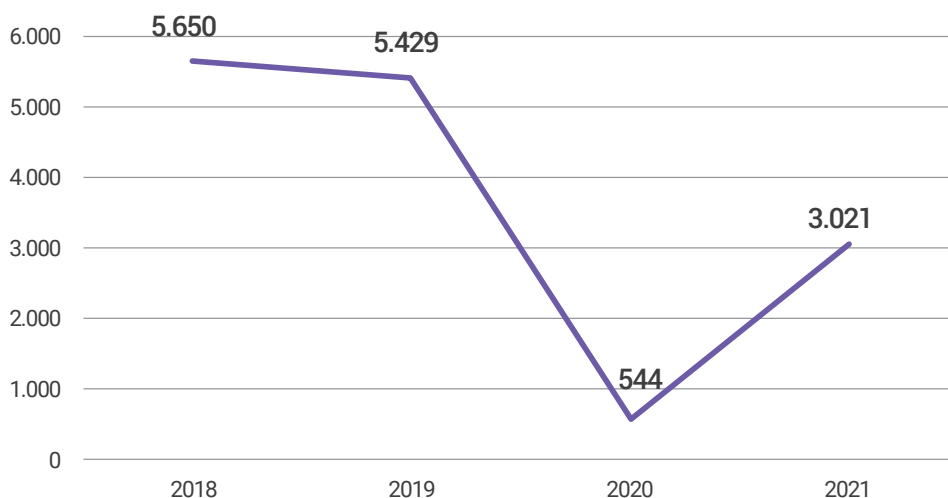
Trata-se de um novo mundo repleto de oportunidades para a educação e toda a comunidade acadêmica.

Avanços na avaliação híbrida

Na esfera educacional, a pandemia de Covid-19 teve desdobramentos para além das salas de aula. Instituições de educação superior que aguardavam as avaliações externas para seguirem com a oferta de cursos e/ou com o processo de credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC) viram seus processos ficarem parados por longos meses em virtude da impossibilidade de deslocamento dos avaliadores e da presencialidade necessária ao processo vigente antes da chegada do coronavírus ao Brasil.

[Levantamento](#) realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) dá a dimensão do que foi esse impacto: em 2020, apenas 544 avaliações foram finalizadas, cerca de 10% do resultado obtido no ano anterior. Os [dados mais recentes do Inep](#), contudo, revelam uma retomada significativa das avaliações em 2021, quando os cuidados e boa parte das medidas de distanciamento social continuavam em vigor.

Histórico de avaliações finalizadas por ano



Fonte: DAES/INEP.

O marco dessa evolução consiste na adoção, a partir do final de abril, do que foi chamado de “avaliação externa virtual *in loco*”. O que, à primeira vista, pode parecer um contrassenso, consiste em uma solução inovadora trazida pelo Inep. Como resultado, em pouco mais de quatro meses, 2.007 cursos de graduação e instituições de educação superior foram avaliadas. Desse total, 1.826 avaliações foram feitas na modalidade “externa virtual *in loco*”, como anunciou o Inep em [seminário da ABMES](#).

Esses números seriam muitos expressivos mesmo em condições sanitárias normais, o que dá um pouco da dimensão do feito do Inep. Entretanto, para além das estatísticas favoráveis, a medida se mostrou mais eficiente, mais célere, mais transparente e sem prejuízo à qualidade do processo avaliativo. A inovação trouxe, ainda, economia aos cofres públicos ao reduzir significativamente os deslocamentos de avaliadores pelos quatro cantos do país.

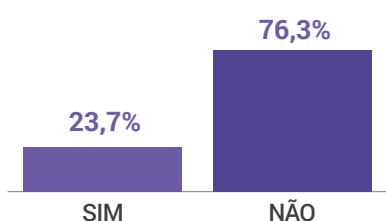
Desde abril de 2021, apenas os cursos de medicina, odontologia, enfermagem e psicologia seguiram sendo avaliados pelo modelo presencial. Os demais se ajustaram ao novo formato que, inclusive, demandou investimentos por parte das IES, como a contratação de um sistema de nuvem para o armazenamento e compartilhamento de documentos com os avaliadores; a melhoria da infraestrutura tecnológica e da segurança da sua rede interna; e a capacitação dos colaboradores para o uso das ferramentas utilizadas durante a avaliação virtual *in loco*.

O que pensam as IES

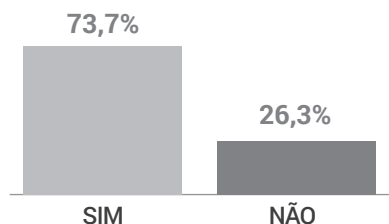
Ao contrário do que alguns poderiam supor, a receptividade à nova modalidade foi bastante positiva entre as instituições de educação superior. [Pesquisa realizada pela ABMES](#), e estimulada pelo Inep, com 232 representantes de 202 IES constatou que para 85% dos respondentes a modalidade deveria ser mantida após a pandemia e 72% disseram preferir o modelo virtual.

Além disso, 73,7% consideram que o formato pode ser empregado em cursos de graduação de qualquer área e 76,3% afirmaram que não houve prejuízo em relação ao instrumento de avaliação em função da visita ter sido realizada por meios digitais.

Houve prejuízo na avaliação em função da adoção do formato virtual de visita em relação ao instrumento de avaliação?

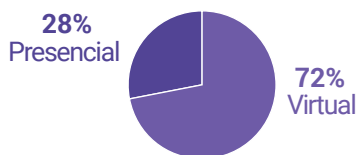


As avaliações virtuais podem ser empregadas para cursos de graduação de qualquer área

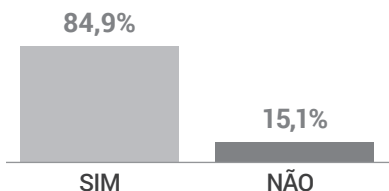


Fonte: ABMES e Educa Insights

Você prefere qual modelo de visita?



A sua IES gostaria que a avaliação virtual *in loco* permanecesse depois da pandemia?

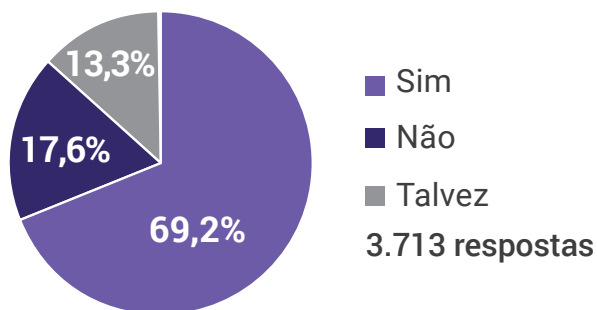


Fonte: ABMES e Educa Insights

O que pensam os avaliadores

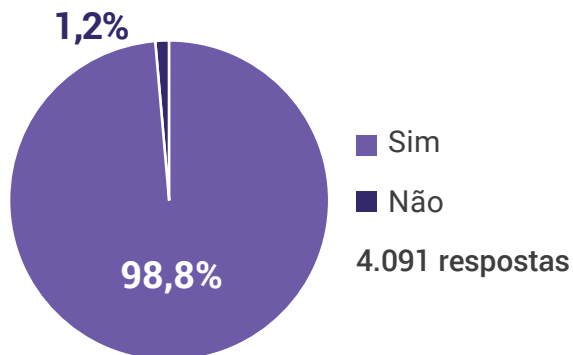
A avaliação externa virtual *in loco* também foi bem recebida entre os avaliadores. Levantamento do Inep verificou que 69,2% deles acreditam que a disponibilidade para a participação em comissões de avaliação aumentará sem a necessidade de deslocamento até a IES e 98,8% consideram dispor de ambiente e infraestrutura adequados ao trabalho remoto no processo de avaliação.

Considera que sem a necessidade do deslocamento até a IES o seu nível de disponibilidade para a participação em comissões de avaliação aumentará?



Fonte: DAES/INEP. Situação em agosto de 2021

Tem a seu dispor ambiente e infraestrutura física adequados ao trabalho remoto no processo de avaliação, com a frequência e duração necessárias? Por dois ou três dias, durante 8 horas por dia.



Fonte: DAES/INEP. Situação em agosto de 2021

O que pensa o Inep

Além de apresentar o panorama da avaliação externa virtual *in loco* e os resultados da pesquisa feita com avaliadores e procuradores institucionais, durante o [seminário da ABMES](#) o Inep também fez um balanço geral da iniciativa. A análise do órgão mostra o quanto a medida se mostrou acertada, conforme os apontamentos feitos pelo próprio Instituto:

- Até o momento, o modelo de avaliação virtual demonstrou um padrão de dados similar aos encontrados na avaliação presencial;
- Não foi identificada diferença significativa entre a modalidade presencial e virtual;
- Foi percebida uma boa aceitação do modelo por parte dos avaliadores e dos procuradores institucionais;
- Até o momento, não foram detectadas mudanças significativas no padrão de atribuição de conceitos por parte dos avaliadores;
- Maior ponto de atenção está na análise da infraestrutura;
- Foi percebida a necessidade de capacitação contínua dos avaliadores no formato virtual, pelo menos enquanto o formato estiver sendo consolidado.

O que pensa a ABMES

A avaliação externa virtual *in loco* consiste em um processo inovador, desenvolvido e implementado em tempo recorde, garantindo a continuidade das avaliações da educação superior em uma situação de crise e que já está validado por todos os segmentos envolvidos.

Esse novo *modus operandi* é mais uma das mudanças trazidas pela pandemia para a educação superior e que precisa continuar quando tudo isso passar. A busca por alternativas trouxe soluções que

em condições normais dificilmente seriam pensadas, testadas e aceitas como avanços tanto no processo de ensino e aprendizagem quanto na regulação.

A implementação de uma "avaliação híbrida" não só pode dar certo, como já está dando certo, basta ver os resultados obtidos pelo modelo "virtual *in loco*" em apenas quatro meses. Voltar ao contexto pré-pandemia seria um retrocesso sem precedente para a educação superior brasileira.

**Bases
normativas
para a
educação
híbrida**

Mantendo a tradição de gestões democráticas e participativas que já se tornaram uma das suas marcas, o Conselho Nacional de Educação (CNE) convidou entidades representativas da educação básica e do ensino superior para contribuírem com pontos sensíveis às instituições particulares e essenciais para a garantia de uma retomada das aulas presenciais que seja segura do ponto de vista sanitário e respeite as necessidades e as especificidades de cada IES.

No encontro, ocorrido em julho de 2021, o CNE defendeu que “a volta às aulas presenciais em todo o país é ação prioritária, urgente e imediata”, colocando a essencialidade da educação no centro do debate, em um claro contraponto à manutenção do fechamento de escolas e universidades mesmo depois do estabelecimento de medidas sanitárias seguras para as comunidades escolar e acadêmica.

Assim, ao ouvir as entidades representativas, o objetivo do CNE era contemplar as suas sugestões na nova resolução que instituiria as diretrizes nacionais para o retorno das atividades presenciais, bem como para a regularização do calendário escolar.

Primeiros passos

Honrando sua missão institucional de atuar pelos interesses legítimos das instituições educacionais e buscando contribuir para uma retomada segura e o fortalecimento da educação superior, a ABMES entendeu que aquele também era o momento para iniciar a construção das bases do que a entidade acredita ser o futuro da educação no mundo pós-pandemia: híbrida, inovadora e conectada com o século 21.

Para isso, a Associação apresentou um conjunto de propostas que, em maior ou menor medida, são importantes para o reconhecimento e a regulação do formato híbrido na educação superior. As sugestões também partiram do princípio de que é preciso fazer com

que a transição para essa nova modalidade seja a mais tranquila possível para gestores, IES e estudantes.

Nesse sentido, uma das sugestões apresentadas pela ABMES e acolhidas pelo Conselho foi a não fixação de data limite para a oferta de atividades remotas, deixando livre para que as instituições possam fazer o retorno de forma gradual. Essa flexibilidade era essencial para que cada IES pudesse se reorganizar sem atropelos.

Além disso, tendo em vista o enorme parque tecnológico que cada instituição teve que implantar – e para não se perder tanto esforço –, a ABMES defendeu que as IES particulares possam seguir com essa possibilidade de interação com seus estudantes em seus projetos pedagógicos. Isso seria feito por meio de um credenciamento EAD temporário, garantindo que elas não precisem de um novo credenciamento para fazer o que foi feito tão bem durante a pandemia.

Cenário regulatório

Considerado outro ponto essencial para o avanço da educação superior, a ABMES aproveitou a oportunidade para ressaltar a importância do fim da dicotomia entre educação presencial e educação a distância. Foi nesse momento que apresentou ao Conselho sua proposta de ensino híbrido baseado nos quadrantes de possibilidades didático-pedagógicas: atividades presenciais e síncronas (PS), atividades virtuais e síncronas (VS), atividades presenciais e assíncronas (PA) e atividades virtuais e assíncronas (VA).

Estruturado em uma [nota técnica](#) entregue ao CNE, o modelo desenvolvido pela Associação parte do princípio de que o marco regulatório da educação superior já possui, na sua estrutura, previsões importantes para a viabilização da educação híbrida, como a equivalência dos créditos ofertados em cursos presenciais e EAD.

Além disso, a ABMES destacou a [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional \(LDB\)](#) que, no seu art. 80, estabelece que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

Em outro claro exemplo de harmonia da legislação com o modelo híbrido, o [Decreto nº 9.057](#), de 25 de maio de 2017, no seu art. 1º, traz a definição de educação a distância, a qual evidencia uma compreensão ampla da educação a distância e aponta os aprimoramentos necessários na regulação vigente (*grifo nosso*):

1. “Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a (1) *mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem* ocorra com a (2) **utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação**, (3) **com pessoal qualificado**, (4) **com políticas de acesso**, (5) **com acompanhamento** e (6) **avaliação** compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em **lugares e tempos diversos**”.

Também nesse sentido, o [Decreto nº 9.235](#), de 15 de dezembro de 2017, ao mesmo tempo em que equaciona questões essenciais para o estabelecimento de uma modalidade híbrida (como a equivalência dos créditos), orienta algumas estruturas que ainda não foram, mas precisam ser implementadas:

1. Credenciamento único, por comissão única

a. Art. 18,

§ 2º É permitido o credenciamento de IES para oferta de cursos na modalidade presencial, ou na modalidade a distância, **ou em ambas as modalidades**. (...)

§ 4º A avaliação externa in loco, realizada pelo Inep, institucional e dos cursos será realizada por **comissão única de avaliadores**.

2. Unificação das modalidades em relação ao ato autorizativo institucional

- b. Art. 25. A instituição protocolará pedido de reconhecimento junto à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, observado o calendário definido pelo Ministério da Educação e dentro do prazo fixado no ato autorizativo vigente.

§ 1º O pedido de credenciamento em nova modalidade e a alteração de organização acadêmica por IES já credenciada serão realizados em processo de reconhecimento.

§ 2º O processo de reconhecimento considerará todos os aditamentos realizados ao ato original de credenciamento e as diversas modalidades de oferta da instituição, quando couber.

3. Equivalência dos créditos ofertados em cursos presenciais ou EAD

- c. Art. 98. Os cursos a distância poderão aceitar transferência, aproveitamento de estudos e certificações totais ou parciais realizadas ou obtidas pelos estudantes em cursos presenciais, da mesma forma que os cursos presenciais em relação aos cursos a distância, conforme legislação.

Está evidente, portanto, que o marco regulatório da educação superior brasileira só considera a modalidade a distância quando lugares e tempos são diversos, ou seja, uma aula síncrona não se encaixaria nesse conceito uma vez que o tempo não é diverso. Há também discussões quase filosóficas sobre o “lugar”, uma vez que estando todos virtualmente em uma mesma sala não pode considerado o mesmo lugar? Evoluindo a análise do conceito, percebe-se que o enfoque se dá na mediação didático-pedagógica, exigindo a utilização de ferramentas tecnológicas.

Outra marca importante é a referência ao pessoal qualificado, excluindo, eventualmente, aquele professor ou qualquer outro trabalhador da educação que participe da prestação de serviços educacionais a distância e não tenha qualificação direcionada para a EAD.

Embora todos esses aspectos estejam contemplados na regulação da educação superior, as experiências vivenciadas durante a pandemia de Covid-19 aceleraram a percepção do quanto precisamos (e podemos) evoluir e evidenciaram o quanto um modelo binário, baseado em discussões subjetivas sobre o que é presencial e o que é a distância, não atende mais à oferta educacional.

Manifestações do CNE

Na sua defesa em favor da educação híbrida, a ABMES também destacou posicionamentos expressos pelo Conselho Nacional de Educação, em seus pareceres e resoluções, que apontam para a construção desse novo modelo educacional.

Por exemplo, no [Parecer CNE/CP nº 5](#), de 28 de abril de 2020, há o reconhecimento de que “já há uma tradição de utilização de mediação tecnológica tanto no ensino presencial quanto no ensino a distância”. Essa prática, inclusive, foi adotada como ponto de partida para a construção das alternativas para a manutenção da oferta durante a pandemia.

Em outro documento, o [Parecer CNE/CP nº 11](#), de 07 de julho de 2020, ao sintetizar manifestação da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), o CNE apresentou um quadro sintético sobre planejamento de aulas com os seguintes modelos para o retorno das atividades presenciais:

1. intermitente – presencial em alguns dias;
2. alternado – grupos alternando frequência presencial;
3. excepcional – somente determinados grupos de alunos retornam;

4. presencialmente – alunos sem possibilidade de acesso remoto;
5. integral – retorno de todos os alunos;
6. virtual – casos em que não é possível o retorno do aluno presencialmente (risco de contaminação, contágio, doença pré-existente);
7. híbrido – utilização de mais de uma estratégia de retorno.

Na sequência, o parecer consolida as seguintes recomendações: flexibilização dos materiais e recursos pedagógicos; ênfase na educação híbrida; e aprendizado com base em competências, de acordo com as indicações da BNCC. Mesmo tendo sido construídas para a educação básica, não há razões para imaginar que as mesmas diretrizes não seriam extensíveis para a educação superior.

Por fim, a ABMES destacou a [Resolução CNE/CP nº 2](#), de 10 de dezembro de 2020, que, juntamente com o [Parecer CNE/CP nº 19](#), de 8 de dezembro de 2020, trouxe um importante ensinamento ao indicar dezenove medidas que podem ser adotadas pelas IES no exercício de sua autonomia.

Ambos os documentos impuseram que as instituições de educação superior organizassem ***“novos projetos pedagógicos curriculares, descrevendo e justificando o conjunto de medidas adotadas, especialmente as referentes às atividades práticas e etapas de estágio e outras atividades acadêmicas, sob a responsabilidade das coordenações de cursos”*** (grifo nosso). Assim, a adaptação de cada IES passou a depender da sua criatividade, inovação e responsabilidade na redefinição na oferta.

Cada instituição, dentro da sua autonomia, detém as informações, referências e conhece a forma mais eficaz e adequada de oferta de seus conteúdos. Foi nisso que o setor se fundamentou para preservar a oferta de educação superior no Brasil, organizando-se rapidamente para enfrentar os desafios surgidos. Essa confiança não pode se perder no contexto pós-pandêmico.

Proposições emergenciais

Considerando a crise ocasionada pela pandemia de Covid-19 e as oportunidades de aprimoramento do cenário regulatório surgidas a partir dela, a ABMES apresentou ao CNE quatro propostas que, acredita, mostram-se viáveis e necessárias neste momento:

1. Possibilidade de aulas remotas até final de 2022 ou enquanto durarem as restrições decorrentes do enfrentamento da pandemia;
2. Credenciamento único com a utilização de comissão única de forma dialogada com as IES em credenciamento;
3. Concessão de credenciamento temporário para as IES que adaptaram sua oferta durante a pandemia; e
4. Extinção da separação da oferta de educação por modalidade, permitindo que as IES possam se organizar por disciplinas, atividades ou projetos, distribuídos em um ou mais quadrantes híbridos.

São alterações capitaneadas, sobretudo, pela redefinição do olhar sobre a modalidade da oferta de educação superior. Afinal, a segmentação em presencial e a distância está datada e em nada contribui para a formação acadêmica que este século exige.

É preciso reconhecer a importância da tecnologia como grande aliada para o processo de ensino-aprendizagem das atuais gerações, bem como conferir autonomia às instituições de educação superior para que possam definir seus projetos pedagógicos. Caso contrário, muitas inovações e melhorias seguirão sendo ceifadas pelas amarras regulatórias.

Os quadrantes híbridos

O debate sobre educação híbrida precede, em muito, o surgimento da pandemia de Covid-19 que, desde o início de 2020, nos obrigou a repensarmos nossa forma de viver. Passados quase dois anos, o planeta praticamente se reinventou em diversas esferas, e a compreensão do que seria uma educação mediada pela tecnologia também foi modificada.

Antes da disseminação do coronavírus, alguns cursos presenciais que utilizavam, integralmente ou em parte, a carga horária de educação a distância permitida pela [Portaria MEC nº 2.117](#), de 06 de dezembro de 2019, que é de 40%, eram anunciados como “cursos híbridos”. A mesma lógica valia para cursos a distância que possuem no seu currículo atividades práticas com presencialidade obrigatória.

Essa nomenclatura, contudo, nunca foi aceita pelos órgãos gestores da política educacional do Brasil, como o Ministério da Educação. Eles sempre reconheceram apenas as duas modalidades usuais: presencial e a distância.

Esse impasse perdeu o sentido quando a pandemia de Covid-19 impôs duras medidas de distanciamento social que resultaram no fechamento das escolas e universidades. Praticamente da noite para o dia as IES precisaram se reinventar para seguir ofertando seus cursos a milhões de graduandos, e a solução encontrada foi o ensino remoto mediado por tecnologia.

Naquele momento, ficou evidente que o que estava em andamento era a criação de uma nova forma de ensino, pois a presencialidade havia migrado para um ambiente virtual, mas, de certa maneira, não deixou de existir. Do mesmo modo, a sincronia entre a apresentação dos conteúdos e a captação destes pelos estudantes era algo que ainda estava no início no modelo tradicional de educação a distância operado até então.

Embora não fosse novidade a compreensão de que o futuro da educação neste século 21 seria híbrido, ainda não havia o entendi-

mento de como esse novo modelo se daria na prática, no dia a dia das instituições de educação superior. E a pandemia, com todas as suas sequelas e desdobramentos, descortinou novas possibilidades e caminhos para esse novo modelo educacional mais conectado às necessidades desses tempos tão disruptivos.

Assim como a resistência à educação a distância foi reduzida de forma substancial entre os estudantes e potenciais estudantes desde o início da pandemia, a discussão sobre um modelo híbrido de educação passou a ser aceita – e promovida – entre agentes decisores da política educacional.

Por exemplo, em [seminário virtual](#) promovido pela ABMES sobre educação híbrida em agosto de 2021, a presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Maria Helena Guimarães de Castro, destacou que a educação híbrida consiste em “uma abordagem inovadora para o desenvolvimento de competências e habilidades em que as atividades híbridas podem complementar as presenciais por diferentes meios, sempre lembrando que todos os nossos estudantes são nativos digitais”.

No mesmo evento, o conselheiro e relator da pauta da educação híbrida na Câmara da Educação Superior do CNE, Luiz Roberto Liza Curi, afirmou que “a educação híbrida não é uma nova modalidade de ensino, mas um novo procedimento pedagógico, uma mediação tecnológica necessária, plena e ampla, no sentido de ampliar o processo de aprendizagem”.

Proposta de modelo

Tendo em vista que a educação híbrida consiste em uma dinâmica político-pedagógica mais alinhada com as demandas dos tempos atuais, a ABMES desenvolveu uma proposta de modelo fundamentada em quadrantes originados das dimensões tempo e espaço.

Diversos cenários são possíveis, mas a Associação acredita que este modelo sintetiza a materialização da educação híbrida nas salas de aula e auxilia as IES na construção de novos projetos pedagógicos que dialoguem com essa nova realidade.

A proposta parte de dois eixos: o primeiro relacionado à dimensão do espaço (presencial ou virtual) e o segundo à dimensão do tempo (síncrono ou assíncrono). A partir deles são formados quatro quadrantes de possibilidades didático-pedagógicas:

1. atividades presenciais síncronas (PS);
2. atividades virtuais síncronas (VS);
3. atividades presenciais assíncronas (PA) e;
4. atividades virtuais assíncronas (VA).

Quadrantes da educação híbrida: proposta de modelo

	SÍNCRONO	ASSÍNCRONO
PRESENCIAL	Atividades presenciais síncronas (PS)	Atividades presenciais assíncronas (PA)
VIRTUAL	Atividades virtuais síncronas (VS)	Atividades virtuais assíncronas (VA)

Detalhando os quadrantes híbridos

Presencial síncrono (PS): corresponde às salas de aula convencionais ou às aulas presenciais em laboratórios, onde há presença simultânea do professor e dos alunos.

Virtual síncrono (VS): um exemplo recente são chamadas aulas remotas, ou mesmo o *chat* usado pelos tutores no modelo tradicional de EAD. Nesse caso, professores e tutores interagem de forma simultânea com os estudantes, porém, sem estarem no mesmo espaço físico.

Presencial assíncrono (PA): consiste na realização de atividades práticas supervisionadas em momentos à sua escolha do estudante, mas sem a necessidade da presença simultânea do professor. Pode ocorrer, por exemplo, nas práticas em laboratório, nas salas de estudo das bibliotecas ou mesmo no trabalho em campo.

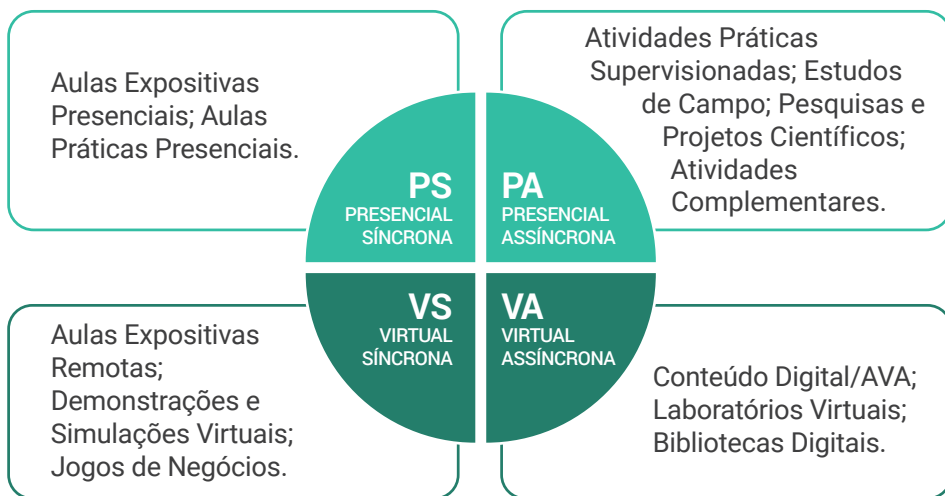
Virtual assíncrono (VA): permite que o aluno acesse, por meio de ambientes virtuais de aprendizagem, o conteúdo digital à sua disposição, tal como é o modelo tradicional da EAD 100% on-line.

Novas propostas pedagógicas

Para planejar suas aulas, os professores poderão escolher as atividades usando dois ou mais dos quadrantes, combinando alternativas pedagógicas conforme a sua estratégia para a aprendizagem do aluno. A utilização de, no mínimo, dois quadrantes é fundamental para que o modelo híbrido se concretize.

A partir de cada quadrante é possível planejar diversas atividades que dialoguem com aquela realidade, como aulas expositivas (presenciais ou remotas), projetos científicos, laboratórios presenciais e virtuais, simulações e bibliotecas digitais.

POSSIBILIDADES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS



Na prática, isso significa uma ampliação sem precedentes das possibilidades de inovar nas atividades pedagógicas, oferecendo ao estudante um curso mais integrado com suas expectativas, uma visão mais ampla do seu processo de formação e com resultados mais alinhados às demandas do mercado de trabalho.

Esse novo espaço-tempo pedagógico, permitido pelas novas tecnologias e acelerado pela pandemia, chegou para ficar e dará aos

docentes e gestores múltiplas possibilidades para que os alunos possam aprender. Cabe à cada instituição escolher o modelo que melhor dialoga com o seu projeto pedagógico institucional e colocá-lo em prática.

A ABMES está aberta para seguir com a discussão sobre novos modelos, especialmente aqueles que vêm sendo adotados pelas IES particulares. A hora é de inovar!

Quadrantes híbridos na prática

Os quadrantes híbridos são passíveis de implementação em diferentes áreas do conhecimento. Prova disso é que, neste capítulo, são apresentadas atividades de aprendizagem nas áreas de Saúde, Engenharia, Licenciatura e Tecnologia.

Ao fim deste e-book, [anexamos ainda um artigo](#) assinado pelo cientista digital e conselheiro acadêmico do Inteli, Maurício Garcia, apresentando como o instituto combina diferentes modelos em sua matriz curricular.

Por meio dos exemplos, ficará claro que a educação híbrida já ocorre nos ambientes de aprendizagem, independentemente de qualquer nomenclatura acerca das modalidades de ensino (presencial ou distância).

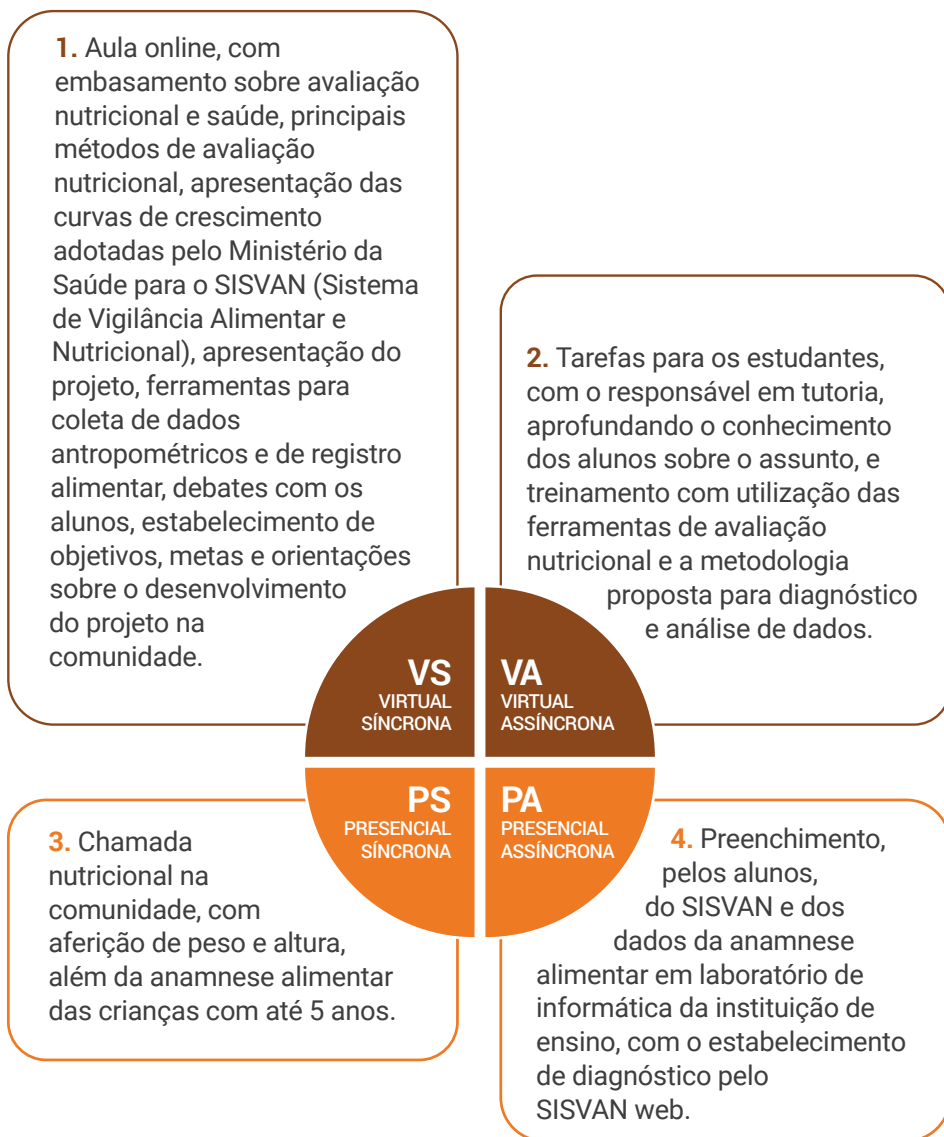
Ela permite que a liberdade e o potencial de aprendizado ocorram para além das limitações de espaço e tempo, usando as possibilidades ilimitadas da criatividade, experiência e conhecimento humanos, a ponto de chegarmos cada vez mais próximos da educação que faça sentido para o indivíduo na sua essência e dentro do seu contexto.

Dito isso, vamos aos exemplos de atividades!

Atividade 1

Vamos construir uma atividade de extensão no curso de nutrição, visando subsidiar um projeto de intervenção na comunidade, envolvendo o diagnóstico alimentar e nutricional antropométrico de crianças com até 5 anos de idade.

A seguir, são apresentados os passos dessa atividade de acordo com cada um dos quadrantes híbridos:

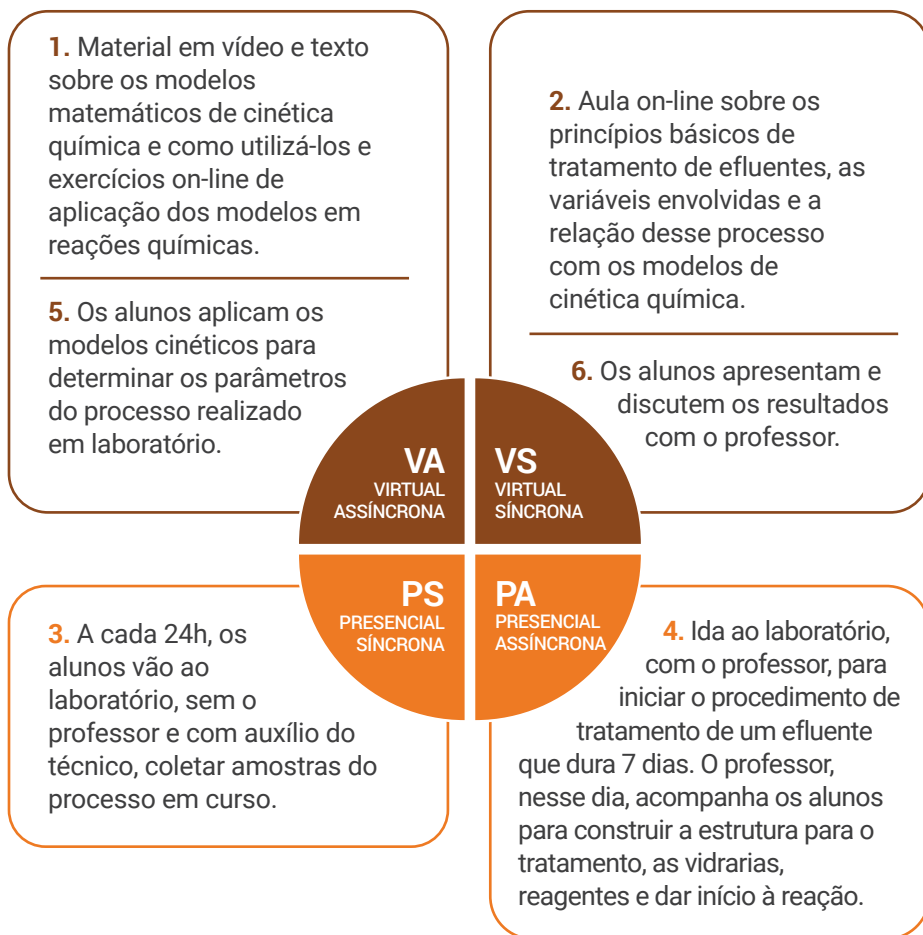


Atividade 2

Vamos elaborar uma atividade para a determinação de parâmetros operacionais de um processo de tratamento de efluentes no curso de engenharia ambiental. Ao final da atividade, o estudante deve

ser capaz de realizar reações básicas de tratamento de efluentes (processos oxidativos avançados) e aplicar modelos de cinética química para determinar os parâmetros operacionais do processo. Nessa atividade, dois quadrantes são acionados mais de uma vez, sendo esse um exemplo das riquezas na dinamicidade da modelagem por quadrantes híbridos.

A seguir, são apresentados os passos dessa atividade de acordo com cada um dos quadrantes híbridos:



Atividade 3

No campo da Licenciatura, vamos compreender as diferentes matrizes acerca do currículo e suas implicações sobre a intervenção docente em educação física, tendo como referência o livro *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*, do autor Tomaz Tadeu da Silva.

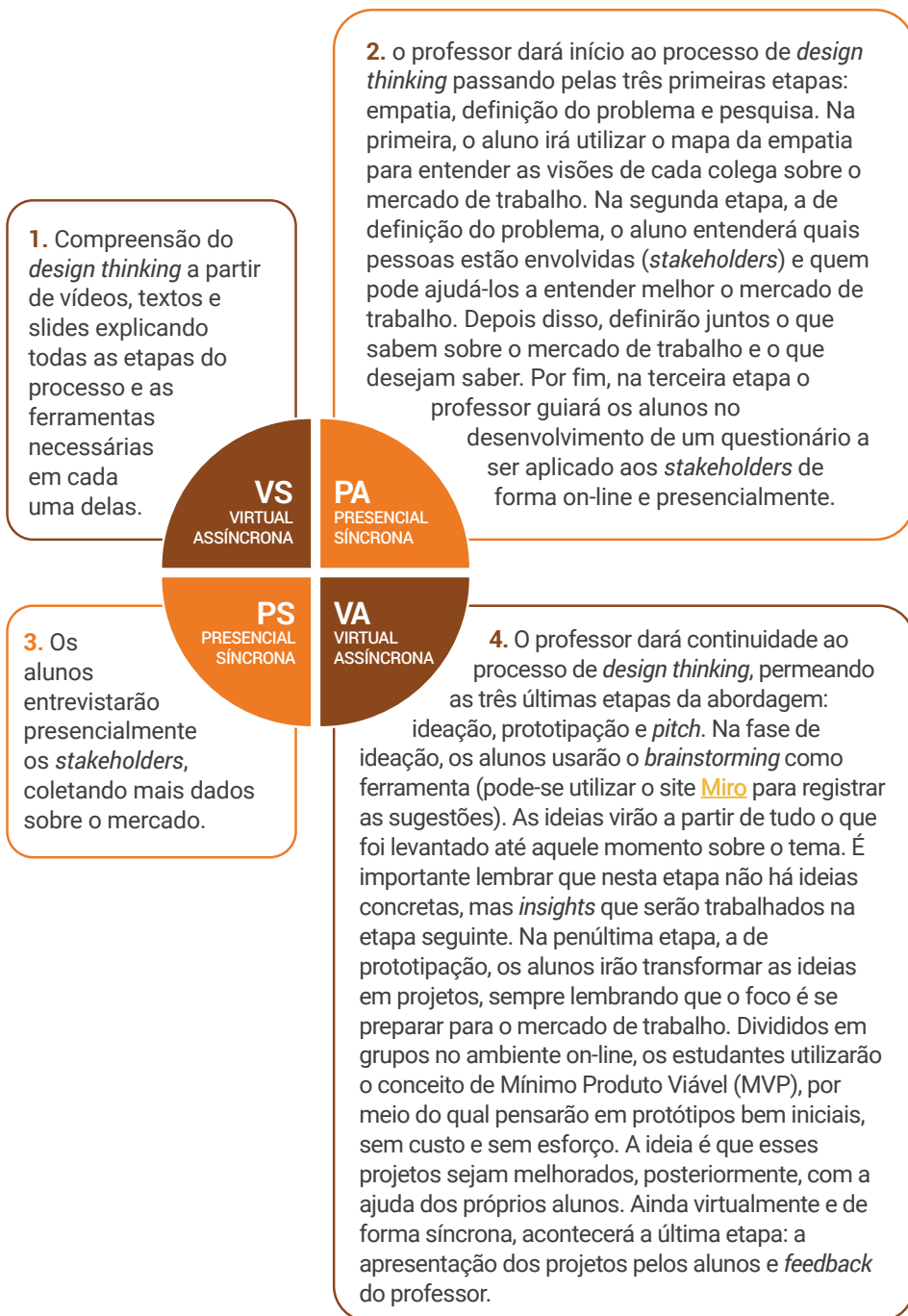
A seguir, são apresentados os passos dessa atividade de acordo com cada um dos quadrantes híbridos:



Atividade 4

No âmbito da Tecnologia, dentro da disciplina de *design thinking*, vamos fazer um exercício com o objetivo de preparar melhor os estudantes para o mercado de trabalho. A atividade inclui o entendimento e a discussão de pontos importantes, como *hardskills*, *softskills*, habilidades e competências necessárias. Para isso, o *design thinking* será utilizado como metodologia, permitindo compreender os diversos pontos de vista, pessoas envolvidas, conhecimentos sobre o mercado e abordagens necessárias para o entendimento da situação. Serão trabalhadas as habilidades de colaboração, empatia, criatividade e experimentação.

(gráfico na próxima página)



Considerações finais

Mais do que um desafio, a educação superior brasileira está diante de uma oportunidade sem igual de se reinventar. Há algumas décadas, sabíamos que o modelo vigente estava ultrapassado, mas uma nova perspectiva nunca tinha se apresentado de forma tão clara quanto agora.

Ainda que o uso da tecnologia fosse dado como certo, a forma como ela seria utilizada no processo de ensino-aprendizagem ainda era uma grande incógnita a ser desvendada. Em um cenário amarrado a dois padrões fortemente estabelecidos, pensar em algo para além do presencial e da EAD seria algo que, provavelmente, levaria mais algumas décadas, ainda que já existisse uma combinação de presencial e EAD, especialmente na graduação.

Contudo, a pandemia de Covid-19 chegou para derrubar as certezas e acelerar, de forma significativa, avanços vislumbrados pela sociedade como algo possível em um futuro, quem sabe, não tão distante assim. Foi nesse contexto que surgiu o ensino remoto.

Consequência direta desse triste e desafiador momento pelo qual passa a humanidade, a modalidade remota não teria sido viável se a educação a distância não tivesse evoluído ao longo dos últimos anos. Foi essa estrutura, e os conhecimentos e habilidades obtidos a partir dela, que criou as condições para que as instituições de educação superior migrassem para o modelo remoto durante a pandemia.

Ainda assim, muitos foram os esforços empreendidos para que a educação superior não parasse por quase dois anos. E o objetivo agora precisa ser caminhar na direção de garantir que tudo o que foi desenvolvido – e evoluído – não seja perdido no pós-pandemia. Além disso, uma parcela representativa dos estudantes deseja continuar com as atividades remotas e o próprio MEC/Inep passou a utilizar, com bastante êxito, essa metodologia nas avaliações externas virtuais *in loco*.

Os benefícios desse novo cenário vão além do fim da dicotomia entre presencial x educação a distância. Mas, para que ele possa ser explorado em toda a sua potencialidade, a legislação relacionada à educação superior precisa evoluir para essa compreensão mais ampla do que é educação mediada pela tecnologia. O marco regulatório precisa caminhar no sentido de viabilizar credenciamentos únicos, conceder credenciamentos temporários para as IES que adaptaram sua oferta ao modo remoto durante a pandemia e, sobretudo, extinguir a separação da oferta por modalidades.

Essa é a base para que as instituições de educação superior possam se organizar dentro do novo modelo aqui proposto, o da educação híbrida, que amplia as possibilidades de educação mediada por tecnologia. Os quadrantes híbridos são um grande passo na modernização do ensino superior, podendo ser utilizados tanto no projeto de disciplinas quanto nas atividades de extensão e de pesquisa. Vale lembrar que, por definição, a educação híbrida somente ocorre quando há a combinação de dois ou mais quadrantes.

Para além do processo pedagógico, essa maior flexibilidade se apresenta como uma grande aliada das instituições de educação superior que encontram-se diante do desafio de inovar para reter e ampliar suas bases de alunos. Embora as dificuldades nesse sentido já existissem antes da pandemia, não se pode fechar os olhos para o quanto elas foram potencializadas com o agravamento da crise econômica decorrente das medidas necessárias para a contenção do coronavírus.

A hora é de união em torno do propósito de fortalecer a educação superior brasileira. É essencial que cada elo dessa cadeia tenha consciência do seu papel para que o acesso à graduação não seja ainda mais excludente do que no cenário pré-pandemia. Também é preciso se desapegar de algumas crenças e convicções. O que deu certo durante a pandemia precisa continuar, mas, independentemente disso, os próximos tempos, provavelmente, vão requerer experimentação e adaptação.

A Associação acredita que, no pós-pandemia, o modelo dos quadrantes híbridos responderá melhor ao momento, uma vez que permite não só um melhor entendimento das possibilidades, mas também porque é simples de entender e fácil de ser adotado pelas IES, como demonstrado nos exemplos apresentados neste documento.

Por isso, a ABMES seguirá na sua missão de orientar as IES e apontar caminhos, lutando para que os órgãos regulatórios incorporem as possibilidades dos quadrantes híbridos em suas políticas públicas e na legislação educacional.

Anexo

Presencial, remoto, a distância ou híbrido? Qual o melhor modelo?

Maurício Garcia, cientista digital e conselheiro acadêmico do Inteli

Até então, existiam duas modalidades de oferta educativa: presencial e a distância, com contornos bem definidos. A presencial ocorria dentro da sala de aula, como sempre fora feito, desde a Antiguidade. A modalidade a distância, por sua vez, era feita com o suporte de um sistema chamado "AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem" ou "LMS - Learning Management System". No Brasil, no caso da educação superior, a própria legislação tratava as modalidades de maneira distinta, chegando a especificar os limites de cada uma.

Quando a pandemia da Covid fez com que bilhões de pessoas ficassem trancadas em suas casas, as instituições de ensino tiveram um enorme desafio para migrar seus cursos presenciais para o ambiente virtual, naquilo que veio a ser chamado de "ensino emergencial remoto", ou simplesmente, "ensino remoto".

Passamos a ter três modelos de oferta e a educação nunca mais foi a mesma.

Fig. 1 - Modalidades e formatos de oferta educativa

A distância	"Remoto"	"EAD"
Presencial	"Presencial"	
	Síncrono	Assíncrono

A pergunta que fica, no cenário pós-pandemia, é qual seria o melhor modelo de oferta educativa.

Deveriam as instituições voltar ao que era antes, sepultando o "ensino remoto", ou deveria surgir um novo modelo, combinando as diferentes modalidades e formatos, no chamado "ensino híbrido"?

Não é simples responder a essa pergunta e não existe uma resposta que sirva a todos. Cada instituição deve adaptar a oferta ao seu modelo pedagógico. Ou seja, não é a forma da oferta que molda o modelo pedagógico, é o contrário. Assim, não há melhor ou pior. Há o que mais se adapta ao modelo de cada um.

No caso do Inteli - Instituto de Tecnologia e Liderança, há uma combinação de modelos, na dependência do tipo de atividade a ser desenvolvida. O Inteli é uma nova instituição que está sendo criada na Cidade de São Paulo, com início das aulas previsto para 2022, nos cursos de Ciência da Computação, Engenharia de Computação, Engenharia de Software e Sistemas de Informação.

O Inteli é uma instituição sem fins lucrativos, criada a partir da doação de vários empresários e empreendedores brasileiros, principalmente por André Esteves e Roberto Sallouti. Com sua sede localizada no bairro do Butantan, dentro das dependências do IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o Inteli desenvolveu um modelo pedagógico 100% baseado em projetos.

Sua matriz curricular não possui o conceito das disciplinas tradicionais, mas seus conteúdos foram identificados e distribuídos estrategicamente ao longo dos projetos. Em outras palavras, os conteúdos existem, mas não são envelopados em disciplinas. Eles são usados como insumos para o desenvolvimento das competências previstas em cada projeto, sendo invocados conforme vão sendo necessários. Além das competências de computação específicas, os alunos também desenvolvem competências de negócios e competências comportamentais.

Ao todo, o aluno deve cumprir 16 projetos, em módulos com 10 semanas de duração cada, ao longo de quatro anos, integralizando uma carga horária de 4000 horas. São quatro módulos por ano, sendo que os quatro primeiros são comuns aos quatro cursos. A carga horária é decrescente, sendo 1300 nos dois primeiros anos (período integral), 900 no terceiro ano (período matutino) e 500 no quarto ano (período noturno), o que permite que o aluno gradativamente se insira no mercado de trabalho, antes mesmo de se formar.



Em cada módulo, os alunos devem desenvolver um projeto, usualmente uma aplicação de computação, tendo um cliente real como solicitante. Os clientes são captados por um departamento específico, chamado "Escritório de Projetos".

Ao longo de 10 semanas os alunos devem cumprir um conjunto de atividades, divididas em três categorias: encontros com professores, atividades de autoestudo e desenvolvimento da aplicação do projeto. Tipicamente, um módulo possui 150 atividades, o que dá algo ao redor de 15 por semana. O conjunto dessas atividades compõe o chamado "Learning Backlog", cujo andamento é monitorado e suportado por uma aplicação específica desenvolvida pelo Inteli, chamada "Adalove", em homenagem a Ada Lovelace, a pessoa que pela primeira vez desenvolveu um algoritmo que foi executado em um computador, em 1843.

Encontros com professores

Os encontros com os professores ocorrem sempre de forma síncrona, em ambientes chamados "ateliês", que são espaços para 40 alunos, acomodados em mesas com 8 alunos cada. Eventualmente, esses encontros podem ocorrer a distância, com o professor remoto e os alunos presenciais, com o professor presencial e os alunos remotos, ou com todos remotos.



Fig. 2 - Modalidades e formatos dos encontros com os professores

A distância		
Presencial		
	Síncrono	Assíncrono

Atividades de autoestudo

As atividades de autoestudo ocorrem através da interação dos alunos com materiais previamente selecionados, a partir dos conteúdos definidos para o projeto em desenvolvimento. O autoestudo pode ocorrer no campus ou remotamente.





Fig. 3 - Modalidades e formatos das atividades de autoestudo

A distância		
Presencial		
	Síncrono	Assíncrono

Desenvolvimento da aplicação

As atividades de desenvolvimento da aplicação é quando o aluno coloca a mão na massa efetivamente. Tipicamente ele escreve códigos usando linguagens de programação, mas essas atividades podem assumir outros formatos como projetos de arquitetura de sistemas ou mesmo protótipos de hardware.

Fig. 4 - Modalidades e formatos das atividades de desenvolvimento

A distância		
Presencial		
	Síncrono	Assíncrono

Um modelo para cada instituição

Conforme foi ilustrado, para o Inteli o modelo de oferta que faz sentido é aquele que combina diferentes modalidades e formatos, pois seu projeto pedagógico demanda essa diversidade.

Cada instituição, assim, deve optar por modelos que tenham melhor aderência aos seus respectivos projetos pedagógicos.



ABMES[®]

**Associação Brasileira de Mantenedoras
de Ensino Superior (ABMES)**

SHN Quadra 01, Bloco F, Entrada A, Conjunto A, 9º andar
Edifício Vision Work & Live, Asa Norte – Brasília/DF
CEP: 70.701-060

Telefone: (61) 3322-3252
www.abmes.org.br